

José Luiz Fiori*

Ensaaios — Quais as tendências políticas do atual processo de globalização/mundialização?

J. L. F. — No seu último livro sobre a história do século XX, Hobsbawm afirma que este final de milênio também será o “fim de uma era” e acrescenta que, nesses momentos de ruptura, nós não podemos saber para onde estamos indo, porque não conseguimos projetar nosso passado e nosso presente sobre o futuro. De qualquer maneira, uma coisa é certa: a maioria dos analistas internacionais reconhecem, hoje, que o futuro do processo de globalização econômica depende de uma variável política — a forma como se relacionam as estratégias de poder das três grandes potências econômicas mundiais (Estados Unidos, Alemanha e Japão). E, nesse ponto, não há quem não identifique no horizonte a possibilidade de, pelo menos, dois cenários rigorosamente excludentes (Cox; Hobsbawm): o primeiro desenhado por uma “nova hegemonia” ou por alguma forma eficiente de coordenação entre os três países, capaz de sustentar as estruturas e as instituições supranacionais emergentes; e o segundo caracterizado pela ausência de uma hegemonia clara e pela intensificação dos conflitos comerciais até o limite de uma possível “guerra neomercantilista”. Esse exercício prospectivo reconhece, na origem dessa longa “transição” iniciada no final dos anos 60 — que desemboca na ou envolve a própria globalização —, a existência de uma “crise da hegemonia norte-americana” (Arrighi), provocada por sucessivas derrotas políticas e militares ocorridas nos anos 70.

O Economista Charles Kildelberger abriu uma pista teórica importante para compreender a trajetória crítica e o futuro dessa transição quando formulou, em 1972, as bases da “teoria da estabilidade hegemônica” (depois desenvolvida por Wallerstein, Kehoane, Gilpin, Arrighi, dentre outros). Uma nova

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“economia política das relações internacionais”, que tematiza e projeta as transformações contemporâneas como fenômeno de natureza simultaneamente política e econômica a ser analisado a partir de uma hipótese central: a economia capitalista apresentou melhor desempenho em termos de crescimento e estabilidade sempre e quando suas regras de funcionamento foram sustentadas política ou militarmente por uma potência hegemônica capaz de garantir seus interesses em nome do interesse internacional. Segundo essa teoria, teria sido essa a condição essencial do sucesso econômico e/ou da estabilidade política internacional que caracterizaram os três grandes períodos hegemônicos da história moderna; os que se seguiram à Paz de Westphalia de 1648, ao Congresso de Viena de 1815 e aos Acordos de Ialta de 1945, períodos estes invariavelmente antecedidos e sucedidos por situações de “caos sistêmico” (Arrighi), a marca definitiva dos momentos de “transição hegemônica” (Nye e Keohane), como o que estamos vivendo depois do fim da Guerra Fria. A superação desse caos na direção de um crescimento econômico mundial sustentado só ocorrerá, dentro dessa visão teórica, com a afirmação de uma hegemonia incontestada de um dos três Estados nacionais que compõem a face política do “oligopólio mundial” de François Chesnais. Sem isso, o mais provável é que os sistemas econômico e político mundiais sigam uma rota de instabilidade, marcada por ciclos curtos de crescimento, atravessados por crises financeiras periódicas, como as da Bolsa de Nova Iorque em 1987, da Bolsa de Tóquio em 1990, do Sistema Monetário Europeu em 1993 e do México em 1994.

É nesse sentido que podemos afirmar que existe um impasse político de “tipo anacrônico” no coração da modernidade global: a tensão e a incerteza geradas pela incompatibilidade entre os projetos econômicos imperiais de três Estados nacionais. A situação, nesse particular, apresenta-se, neste final de século, na forma de um paradoxo: a vitória sem guerra dos Estados Unidos frente à URSS liquidou a bipolaridade mundial e colocou os Estados Unidos no epicentro de um império universal, mas disforme. Nesse sentido, não cumpriu o papel clássico de “limpeza de terreno”, indispensável à afirmação de uma nova hegemonia, como ocorreu no caso das Províncias Unidas com relação à Espanha, no século XVII; no da Inglaterra com relação à França, no século XIX; e no dos Estados Unidos com relação à Alemanha e ao Japão, depois da Segunda Guerra Mundial. Mas é com relação a este último “ajuste de contas” que o fim da Guerra Fria trouxe uma estranha novidade: a vitória norte-americana colocou de novo os Estados Unidos frente à frente àqueles

dois países que se transformaram em seus “protetorados militares e econômicos” e, depois, nos seus principais aliados durante a Guerra Fria, mas que agora voltam a ser seus principais competidores pelos mercados mundiais. Como se desdobrará esse conflito e essa nova realidade política? Para onde apontam as tensões cada vez mais nítidas entre os três pólos da nova “geoeconomia monetária” mundial, a despeito da crescente interdependência privada, produtiva, comercial e financeira que os une?

A teoria política das relações internacionais tem se mostrado incapaz de responder a essas perguntas. A sua “escola liberal-internacionalista” sublinha corretamente o aumento das interdependências, que dificultam iniciativas isoladas e tornam mais complexo o cálculo dos interesses nacionais. Mas, por causa de sua excessiva ênfase nessa interdependência, acaba antecipando, como se fosse real, o que é apenas um futuro possível e, por isso, não consegue enfrentar a questão do conflito das grandes potências e de seus efeitos desestabilizadores sobre o Mundo. Nesse sentido, a “escola realista”, sem ser conclusiva, é bem mais esclarecedora. Kissinger (1994), por exemplo, reconhece que o fim da Guerra Fria representa a terceira oportunidade norte-americana de desenhar o Mundo, neste século, segundo seus valores e interesses. Mas considera que, como aconteceu com Woodrow Wilson em 1917 e com Franklin Roosevelt em 1944, agora de novo a tentativa fracassará, e o mais provável é que não tenhamos, ainda por longo tempo, uma nova ordem mundial. Neste tempo “sem ordem”, entretanto, as nações ainda definirão suas políticas “com base nos seus interesses nacionais”, e o Mundo funcionará sustentado num “equilíbrio de poder” análogo ao que vigorou durante a ordem de Westphalia, mas agora equilibrado pelo “balanço de poder” entre sete ou oito potências culturalmente heterogêneas e geograficamente distantes umas das outras (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Japão, Inglaterra, França, Índia e China, pelo menos). Assim mesmo, Kissinger deixa em aberto a questão sobre se os Estados Unidos orientarão a sua própria política seguindo a visão ética de Woodrow Wilson ou a visão realista e pragmática de Theodore Roosevelt. Segundo ele, tudo dependerá do momento e da região do Mundo onde seus interesses estejam em jogo. No fundamental, contudo, Kissinger, apesar de reconhecer o fenômeno da globalização, não consegue incluí-lo analiticamente na sua avaliação prospectiva dos acontecimentos geopolíticos, mantendo-se atento apenas ao “balanço horizontal” de poder entre as grandes potências. Samuel Huntington, nesse sentido, avança ao distinguir, em seu polêmico **Clash of Civilizations**, datado de 1993, o conflito de longo prazo

entre as sete ou oito grandes civilizações humanas, que, segundo ele, condicionará o rumo futuro da história política internacional, da dinâmica de curto prazo determinada pela vontade de dois “diretórios” responsáveis pela administração da ordem mundial depois do fim da Guerra Fria. Um, formado pelos Estados Unidos, a França e a Inglaterra, responsável pelos temas de política global e segurança; e o outro, formado pelos Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, responsável pelas questões atinentes à economia mundial. Huntington, além disso, reconhece que, ao lado das relações extremamente próximas entre esses países, existe também uma completa exclusão dos demais desse núcleo decisório. Mas Huntington deixa sem resposta a questão fundamental para o futuro do processo de globalização: como equacionarão entre si, nos próximos anos, as suas divergências políticas, militares e econômicas, os membros desses dois diretórios?

Ensaio — Como você vê a liderança das elites das grandes potências no processo de globalização/mundialização?

J. L. F. — A ter em conta as agendas e decisões das últimas reuniões do Grupo dos Sete (G7), a impressão que temos é a de um grande impasse ou de paralisia decisória. É como se tivessem razão os analistas franceses que sustentam que os novos e verdadeiros mestres do Mundo são os mercados financeiros. Algo mais ou menos óbvio, quando estamos nos referindo a governos periféricos e subalternos como o nosso, mas menos fácil de aceitar, quando estamos falando das grandes potências, onde se concentra mais da metade da riqueza, do comércio e dos fluxos de capitais mundiais. Entretanto até uma revista como a **Newsweek** parece acreditar nessa mesma tese, quando analisa, por exemplo, os resultados da reunião do G7 realizada no ano passado, em Halifax. Segundo a **Newsweek**, todas as grandes potências estão enfrentando crises políticas internas e se encontram sob a direção de governos fragilizados; sobrou pouco do grande impulso europeu da segunda metade dos anos 80; a Ásia não constitui um bloco homogêneo em sentido algum; os conflitos comerciais deverão seguir ascendentes; os Estados Unidos não têm capacidade imediata de impôr sua vontade e, menos ainda, a sua hegemonia, e existe, de fato, nesta altura da década, um vazio de poder mundial. Mas, como observa corretamente a revista norte-americana,

“(...) it is axiomatic that power vacuums never last for very long. Clearly, if governments and multilateral organization aren't cutting anymore, some new force must taking their place. And indeed it is:

nowhere to be seen a, last week's summit was a representative of the new power at the world's center stage — the multinational corporations and the increasingly rootless technological and financial elites who run them. A brash new world economy is shoving the old statist structures aside; it is private, it is fast-paced and it is, by and large, averse to government meddling. The libertarian 'digitocrats' who are creating the Information Age, the young Republicans in Washington who are dismantling the New Deal-engendered welfare state, the swaggering investment bankers and fund managers who command the fawning attention of Third World finance ministers are all part this phenomenon" (June 26, 1995).

[(...) é axiomático que o vácuo de poder nunca dure por muito tempo. Evidentemente, se governos e organizações multilaterais não são mais eficientes, alguma nova força deve estar tomando o seu lugar. E realmente está. Em nenhum lugar se poderia perceber melhor do que na reunião de cúpula da semana passada a representação do novo poder no centro da cena mundial — as corporações multinacionais e a elite tecnológica e financeira crescentemente sem raízes que as dirige. Uma nova e impetuosa economia mundial está empurrando para o lado as velhas estruturas estatais; ela é privada, é rápida e é, sob todos os pontos de vista, avessa à intromissão governamental. Os 'digitocratas' libertários que estão criando a Era da Informação, os jovens republicanos em Washington que estão desmantelando o Estado de Bem-Estar social engendrado pelo New Deal, os afetados banqueiros de investimentos e administradores de fundos que atraem a atenção servil dos ministros de finanças do Terceiro Mundo são todos parte desse fenômeno" (26 de junho de 1995).]

Ensaio — Como as elites mundiais responderão aos problemas do crescente desemprego?

J. L. F. — Exatamente da forma como o fizeram na recente reunião do G7 realizada em Lille, na França, e convocada especialmente para discutir o problema do desemprego mundial.

Ali, apesar da reticência francesa, o Governo norte-americano saiu, uma vez mais, vitorioso, ao sustentar as teses conservadoras reafirmadas nas conclusões da reunião. Frente aos números apresentados pela OIT — cerca

de 40 milhões de desempregados só nos países da OCDE, e algo em torno de 750 milhões de “excluídos”, de todo tipo, existentes hoje no Mundo —, os governos das sete maiores potências econômicas do Mundo reafirmaram em uníssono que a única solução possível para o desemprego passa pela busca incansável de um “equilíbrio fiscal mundial”. Isto apesar de, depois de quase 20 anos de hegemonia da *supply-side economics*, a diminuição universal das cargas fiscais nacionais ter sido incapaz de reverter as tendências recessionistas, reincentivando o investimento produtivo. Devemos esclarecer, aliás, que, apesar de toda a retórica, nesse mesmo período cresceu em todo o “mundo desenvolvido” o gasto público com relação ao PIB. E o que ocorreu de fato foi uma queda dos gastos sociais compensada pelo aumento exponencial dos gastos financeiros. A história e os argumentos que estão por detrás dessa decisão do G7 são bem conhecidos. Já faz um quarto de século que, com a falência de Bretton Woods, se encerrou a “era de ouro” do desenvolvimento capitalista. Logo depois, a vitória neoclássica no campo econômico e dos neoconservadores no campo político consagrou a tese de que a crise mundial vivida a partir de 1973 foi obra das políticas keynesianas e dos compromissos fiscais assumidos pelo Welfare State. Desde então, essa idéia transformou-se em senso-comum e em ponto de convergência das políticas econômicas do mundo capitalista. Com a derrota comunista e o fim da Guerra Fria, ela foi ainda mais longe e transformou-se no dogma que vem orientando — *urbi et orbe* — uma verdadeira “revanche do Capital contra a autonomia política do mundo do trabalho”. A partir daí, as idéias de eficiência, competitividade e equilíbrios macroeconômicos substituíram o consenso keynesiano em torno do crescimento e do pleno emprego e passaram a ser os novos totens do pensamento político-econômico internacional; e isto porque, com o desaparecimento do muro de contenção socialista, foram varridos os últimos temores, e o neoconservadorismo impôs-se como verdade incontestável, não sendo incomum ouvir os próprios social-democratas repetirem que a solução da crise de desemprego contemporânea passa pela desregulação do mercado de trabalho, pela redução dos salários e dos direitos trabalhistas e pela desconstrução do Estado de Bem-Estar social.

Ensaio — Como responderão as elites nacionais a esses mesmos problemas replicados na nossa periferia capitalista?

J. L. F. — Da forma como vêm fazendo desde 1990. Optando por um alinhamento incondicional com as políticas econômicas e sociais defendidas e praticadas dentro do bloco geomonetário norte-americano e, como consequên-

cia, aderindo de forma completa ao que John Williamson chamou de Consenso de Washington. É nesse contexto que devem ser compreendidos a nossa política econômica atual e o programa de reformas constitucionais em curso, visando à abertura econômica, à desregulamentação e à flexibilização de todos os mercados financeiros e de trabalho. Também aqui, como não poderia deixar de ser, a solução do desemprego, na ótica de nossas elites econômicas e políticas, deve passar pela restrição dos direitos sociais e trabalhistas.

Ensaio — Quais as repercussões políticas e sócio-econômicas previsíveis dessa opção?

J. L. F. — Primeiramente, devemos dizer que o caráter tardio da nossa adesão à onda neoliberal provavelmente tenderá a acelerar e a intensificar os seus efeitos destrutivos, no plano econômico, em termos de recessão, quebra de empresas, desemprego e “sucateamentos regionais ou setoriais”; e, no plano sócio-político, em termos de desorganização dos movimentos sociais e sindicais, destruição da capacidade de ação e coordenação estatal e generalização de condições de ingovernabilidade, sobretudo nos níveis subnacionais do poder federativo.

Ensaio — Quais as modificações previsíveis dessas transformações na composição econômica e política de nossas elites?

J. L. F. — Esses processos estão em curso, e é ainda difícil prever as suas configurações finais. Mas parece claro que estão em curso dois processos simultâneos no plano econômico: o da desindustrialização e o da reconcentração de capitais. Como a previsão é de um crescimento medíocre permanentemente ameaçado pela fragilidade do balanço de pagamentos, o que vem ocorrendo ao lado da “quebradeira” dos pequenos e médios empreendimentos é o que Castro chamou de “modernização seletiva e perversa do aparelho produtivo”. Hoje, nós já estamos voltando a importar insumos que tinham sido internalizados, e os capitais privados, sem contar com segurança nem estratégia de crescimento, deslocam-se das áreas de risco e são reinvestidos desordenadamente nas áreas movidas apenas pela lógica das “maiores garantias”. Nesse processo, já desapareceram ou foram desestruturados grandes grupos tradicionais da economia brasileira, como Copersucar, Cotia, Perdígão, Mesbla, etc., e outros perderam presença, como Votorantim, Gerdau, Sadia, etc., ao mesmo tempo em que ganharam posição alguns grupos mais internacionalizados, em particular os que se integraram nos circuitos das novas finanças globais. As repercussões políticas dessas transformações não são automáticas e deverão ser lentas. Mas não há dúvida de que, nas cabeças mais jacobinas do neoliberalismo dominante, predomina a expectativa de que

o violento choque simultâneo da abertura e da sobrevalorização cambial promova uma rápida liquidação dos grupos econômicos “politicamente atrasados”, eliminando as resistências da hegemonia política nacional a uma nova coalizão política, ancorada nos interesses internacionalizados. Cremos, entretanto, que esse processo não ocorrerá de forma tão rápida quanto desejariam os nossos tecnocratas globais e os nossos *yuppies* financeiros. Antevemos muita briga ainda dentro das nossas elites econômicas e dentro da nossa direita política, muito mais heterogêneas e resistentes do que possam imaginar os nossos “novos jovens turcos”, acadêmicos recém-nascidos e projetados do dia para a noite, simultaneamente, no mundo das finanças e no da política.

Ensaios — Quais as perspectivas internacionais desse projeto de inserção passiva e neoliberal à nova ordem mundial que vem sendo implementado por nossas elites econômicas e políticas?

J. L. F. — Se se mantiver inalterado o quadro internacional que estivemos retratando anteriormente, o que se deve prever para o que resta do século XX é uma instabilidade sistêmica crônica, produzida pelas tensões semicontroladas entre as três grandes potências, acompanhada de um baixo crescimento médio da economia mundial e de um rigor crescente na imposição da disciplina macroeconômica dentro dos três blocos “geomonetários”, com o agravante, segundo Robert Gilpin, de que, para os países da periferia capitalista e para os latino-americanos muito em particular,

“(…) numa nova ordem mundial em que prevalecem os fatores econômicos, as economias em desenvolvimento contam com pouca ou nenhuma fonte de poder para participar da ‘luta pelo produto mundial’. Como os instrumentos de política econômica na era contemporânea consistem primeiramente no controle sobre o capital de investimento, tecnologia produtiva e acesso aos mercados e como os países mais avançados têm um quase completo monopólio sobre essas fontes de poder (...)”,

a estagnação da periferia deverá permanecer como um problema rigorosamente insolúvel, independentemente do grau e da extensão com que esses países adiram à crença vitoriana de que os “free markets and sound money is the key to economic development” (Krugman).

[“livres mercados e dinheiro sonante são a chave para o desenvolvimento econômico (Krugman)”].

Ensaio — Embora a ideologia neoliberal tenha triunfado e seja hoje hegemônica, que sinais de dissonância você vê na conjuntura atual?

J. L. F. — Muitos e crescentes, mas tomarão muitos anos para se afirmarem como uma nova visão hegemônica dos negócios econômicos mundiais. Nessa linha de reconhecimento progressivo da inviabilidade a longo prazo da estratégia liberal, preferiríamos citar as palavras não de um economista imbecilizado, mas a de um megaspeculador experimentado. Repetimos George Soros numa entrevista recente à revista **Veja**:

“A falsidade a meu ver é a idéia que impera no mundo de que os mercados são perfeitos e, portanto, tendem ao equilíbrio. Estou convencido de que os mercados são imperfeitos e de que no futuro podem nos conduzir a um formidável colapso na economia do planeta. Nós vivemos constantemente no que chamo de desequilíbrio dinâmico. Ninguém quer reconhecer isso agora porque estamos (*sic*) nadando em prosperidade”.